

INTERVENÇÃO DA CDU NA SESSÃO SOLENE DO 25 DE ABRIL NA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS

Há 44 anos o povo português e os militares de Abril foram protagonistas do maior acontecimento da história contemporânea de Portugal, a Revolução de Abril. Foi a luta da classe operária e dos trabalhadores, dos intelectuais, dos militares, dos comunistas e de todos os democratas, que pôs fim a 48 anos de obscurantismo, de opressão e de repressão, de tortura, de censura, da pobreza e miséria e de analfabetismo.

Milhares de homens, mulheres e jovens portugueses, com determinação e coragem, mesmo prescindindo da sua vida pessoal e familiar e enfrentando as masmorras fascistas, dedicaram-se empenhadamente à luta pela emancipação dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e pela democracia.

À ação dos militares dirigida pelos Capitães de Abril, que daqui queremos saudar, juntou-se a força e a unidade do povo, que massivamente saiu à rua, associando o levantamento popular ao levantamento militar, que foram os elementos motores da Revolução.

A alegria patente nos rostos das pessoas e a expectativa de uma vida melhor são características que marcam indelevelmente, os primeiros momentos de liberdade.

A Revolução de Abril pôs fim à ditadura fascista e à guerra colonial e deu a independência aos povos até então colonizados por Portugal. Os seus impactos extravasaram as fronteiras de Portugal, tendo sido um exemplo inspirador para muitos povos oprimidos, na sua luta pela liberdade e pela democracia.

O 25 de Abril foi a origem de profundas alterações a nível político, económico, social e cultural, retirando aos grupos monopolistas e aos latifúndios o controlo da economia nacional. Consagrou a livre atividade política e sindical, o direito à greve, o direito ao voto e o Poder Local Democrático. Avançaram as nacionalizações de sectores económicos estratégicos, ao serviço do povo e do país.

Abril foi a instituição do salário mínimo nacional, com que muitos trabalhadores viram os seus rendimentos duplicarem e alguns até mesmo triplicarem. Abril foi o direito ao gozo de férias, o subsídio de férias e de natal, os acordos coletivos de trabalho e a proteção social. Abril foi o acesso, pela primeira vez para milhares de pessoas, a uma consulta médica. Abril foi o acesso a todos os níveis de ensino para todos os portugueses, independentemente das suas condições socioeconómicas.

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagrou, pela primeira vez, liberdades, garantias e direitos essenciais, conquistados pelas massas em movimento. Foram momentos de grandes avanços progressistas, que trouxeram ao povo a esperança de uma vida com a dignidade que merece. A aprovação da Constituição constituiu uma vitória da

Revolução de Abril e perspectivou como objetivo a construção de um país mais livre, justo e fraterno.

E mesmo após 42 anos de sucessivas subversões da Constituição, as forças da política de direita não conseguiram aniquilar o património de liberdades e direitos conquistados com a Revolução de Abril.

Sras. e Srs.

Hoje vivemos, no plano internacional, tempos muito difíceis. O crescimento do belicismo, a ameaça da guerra e o, não desligado, crescimento dos movimentos fascistas, devem merecer por parte de todos os democratas particular atenção, preocupação, mas também ação e luta.

Assistimos hoje no país e um pouco por todo o mundo, à tentativa de meter no mesmo saco, o fascismo e aqueles que mais lhe resistiram e que são também as suas principais vítimas. Além de ser uma infame mentira, é um insulto aos milhares de comunistas que foram os primeiros a lutar e a morrer pela liberdade e pela democracia. Mas mais do que um insulto, este exercício constitui, objetivamente, uma tentativa de branquear o fascismo.

Hoje como ontem somos chamados a resistir e a lutar pela liberdade e pelo aprofundamento da democracia com a convicção que não há obstáculos intransponíveis.

Hoje como ontem somos chamados a travar a escalada belicista e a guerra, as que estão em curso e as que ameaçam começar a qualquer momento com uma dimensão

imprevisível. A não ingerência e a resolução pacífica dos conflitos é valor de Abril que importa defender e aplicar.

Hoje temos uma democracia empobrecida. O entendimento de democracia explanado na nossa Constituição, não se resume à democracia política, seja pelo voto em atos eleitorais, seja pela representatividade e participação de partidos políticos. A nossa Constituição contempla um entendimento de democracia bem mais amplo, assente na democracia política, económica, social e cultural e por um país independente e soberano.

Significa que, não há democracia plena sem emprego com direitos, não há democracia plena sem saúde para todos, não há democracia plena sem igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso escolar em todos os níveis de ensino, não há democracia plena sem estarem satisfeitas as necessidades de habitação e não há democracia plena sem a proteção social dos mais frágeis.

O acordo agora subscrito sobre a transferência de competências para as autarquias locais, traduz a convergência de quatro décadas entre PS e PSD no percurso de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias, sacudindo para cima do Poder Local a justa insatisfação da população pela ausência de resposta que, em nome do défice e da dívida, tem negado o investimento e financiamento devido em áreas essenciais.

Durante quatro décadas foi pela mão destes partidos que se privilegiou a desconcentração enquanto instrumento de fuga

à regionalização - sempre adiada por PS e PSD -, e que se agravaram as condições de financiamento das autarquias com a revisão dos regimes legais e o seu posterior incumprimento.

Os pressupostos em que assenta o processo não deixam margem para dúvidas: a explícita afirmação de que, deste processo, não pode resultar aumento de despesa pública; o crónico subfinanciamento patente em todos os domínios a transferir; a intenção de situar a quantificação de meios (já por si subavaliados) na perspetiva da manutenção/conservação, ignorando o estado atual de partida do património e demais recursos associados.

Denominar de descentralização o processo de transferência de competências para as autarquias locais é uma falácia. Pois, descentralizar é bem mais que isso: envolve a regionalização sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências entre os vários níveis de administração; exige a reposição das freguesias com o que isso representa de proximidade e participação democrática; inclui a transferência de poderes para planear, programar e executar as infraestruturas e equipamentos necessários; impõe a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que constitucionalmente o Poder Local tem consagrado. Condições essenciais a um processo sério de descentralização que uma vez mais PS e PSD adiam a pretexto de novos e infundáveis estudos.

A transferência de encargos para as autarquias e a desresponsabilização do Estado são parte de uma orientação estratégica de desestruturação de funções sociais constitucionalmente consagradas.

É inaceitável que direitos fundamentais como os direitos à segurança social, à saúde, à educação e à cultura fiquem dependentes e condicionados pelas possibilidades financeiras de cada autarquia pondo em causa a sua efetiva garantia.

O acordo firmado entre PS e PSD representa um passo na reconfiguração do Estado ao arrepio da Constituição, contrária aos interesses da população e atentatória da assunção pelo Estado de funções cuja dimensão universal e pública só este pode garantir a partir de políticas nacionais e que, pela sua natureza, não podem encontrar resposta séria no emparcelamento territorial que da concretização deste acordo resultaria.

Foi a convergência de PS, PSD e CDS, expressa na política imposta por sucessivos governos que conduziu o País a uma grave situação no plano económico e social. Uma convergência em torno de uma política que agravou a dependência externa, degradou o aparelho produtivo, fragilizou os direitos dos trabalhadores, privatizou empresas e recursos estratégicos, endividou o País, concentrou riqueza e poder nas mãos do grande capital. Uma convergência que trouxe problemas em vez de soluções para o País.

Os tempos que vivemos em Portugal evidenciam a atualidade e o alcance dos valores e das conquistas de Abril. É preciso retomar o caminho de Abril e cumprir os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa. Esta é a solução para os portugueses e o país. A alternativa existe,

mas ela não está na continuidade da mesma política, mesmo com outras caras; está na rutura com a política de direita.

Sras. e Srs.

Também em Almada, a gestão do Município está muito mais pobre no que respeita à prática da democracia, desde que PS e PSD formam maioria nos órgãos do município.

Pela primeira vez em mais de 40 anos de democracia, um representante do executivo de Almada recusou-se receber os trabalhadores do seu Município, que se manifestavam ordeiramente e pacificamente em defesa dos seus direitos.

Pela primeira vez em mais de 40 anos de democracia, foi chamada a polícia aos Paços do Concelho de Almada para tentar intimidar os trabalhadores.

O PS Almada, para além de todas estas tropelias à liberdade e à democracia, em comunicado que pôs a circular, afirma que os trabalhadores que convocaram aquela forma de luta, naturalmente apoiados pelo seu sindicato de classe, são manipulados e iludidos por uma força política, no caso a CDU.

O PS também acrescenta, mentindo, que esses trabalhadores em luta "invadiram" os Paços do Concelho, como se a entrada ordeira e silenciosa na sede do Poder Local Democrático em Almada não constituísse um direito próprio e inalienável desses trabalhadores.

O PS conclui que na manifestação participaram "candidatos derrotados" da CDU, deixando a entender, que para o PS em Almada, o direito constitucional de manifestação não se aplica a alguns. Mas "engana-se" o PS, pois não eram candidatos, quem estava ao lado dos trabalhadores; eram eleitos, eleitos democraticamente pelas populações, tão eleitos quanto os eleitos do PS, partido que não detém a maioria nos órgãos autárquicos em Almada.

Desde o início do atual mandato, que a atual maioria PS/PSD que governa o Município tem insistido na estratégia de mentira e mistificação sobre a situação financeira da Câmara Municipal.

Esta mistificação e mentira relativa às contas do Município de Almada tiveram, no entanto, perna curta.

Desde logo foi cabalmente desmentida pelo próprio plano de atividades e orçamento que a maioria PS/PSD fez aprovar na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, onde está inscrito um dos maiores orçamentos municipais que a História regista em Almada, só possível devido à saúde financeira do Município, e que comprova igualmente a razão da CDU ao propor a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 0,35%, em vez dos 0,36% que acabaram por ser impostos pela maioria PS/PSD com a conivência do PAN.

Mas esta estratégia foi totalmente derrotada, quando na sessão de câmara do passado dia 16 de Abril, foram aprovados por unanimidade o Relatório de Atividade e Contas relativas a 2017, resultante da gestão da CDU e da

elevada competência e dedicação dos trabalhadores da autarquia.

A insistência por parte da maioria PS/PSD, na Câmara Municipal de Almada, neste tipo de postura e declarações revela apenas a falta de ideias para o Concelho que os dois partidos coligados vêm revelando desde que tomaram posse no atual mandato autárquico.

O PCP em Almada tem um longo historial de luta em defesa dos trabalhadores, durante o fascismo e depois do 25 de Abril, nomeadamente contra a destruição de milhares de postos de trabalho na indústria naval e noutros sectores, imposta pela política de direita colocada em prática por sucessivos governos PS e PSD com a ajuda do CDS.

Não será com certeza, por agora o PS ocupar a presidência da Câmara Municipal de Almada, que o PCP, os seus militantes e amigos, irá deixar de cumprir o seu papel histórico de defesa dos direitos trabalhadores, também no concelho de Almada.

O PCP exorta os trabalhadores e seus representantes a prosseguirem a luta com a mesma coragem, sem se deixarem intimidar pelo rumo de retrocesso democrático que o PS tenta impor no concelho, de que são exemplo a limitação de direitos sindicais, a recusa em reconhecer os legítimos representantes dos trabalhadores, e outras manobras intimidatórias.

Sras. e Srs.

Felizmente as novas gerações não sentiram a violência e a crueldade da ditadura fascista, tendo nascido já num país livre e democrático, conquistado pelos seus pais e avós. Mas

elevada competência e dedicação dos trabalhadores da autarquia.

A insistência por parte da maioria PS/PSD, na Câmara Municipal de Almada, neste tipo de postura e declarações revela apenas a falta de ideias para o Concelho que os dois partidos coligados vêm revelando desde que tomaram posse no atual mandato autárquico.

O PCP em Almada tem um longo historial de luta em defesa dos trabalhadores, durante o fascismo e depois do 25 de Abril, nomeadamente contra a destruição de milhares de postos de trabalho na indústria naval e noutros sectores, imposta pela política de direita colocada em prática por sucessivos governos PS e PSD com a ajuda do CDS.

Não será com certeza, por agora o PS ocupar a presidência da Câmara Municipal de Almada, que o PCP, os seus militantes e amigos, irá deixar de cumprir o seu papel histórico de defesa dos direitos trabalhadores, também no concelho de Almada.

O PCP exorta os trabalhadores e seus representantes a prosseguirem a luta com a mesma coragem, sem se deixarem intimidar pelo rumo de retrocesso democrático que o PS tenta impor no concelho, de que são exemplo a limitação de direitos sindicais, a recusa em reconhecer os legítimos representantes dos trabalhadores, e outras manobras intimidatórias.

Sras. e Srs.

Felizmente as novas gerações não sentiram a violência e a crueldade da ditadura fascista, tendo nascido já num país livre e democrático, conquistado pelos seus pais e avós. Mas

sempre ser vivida: pela conquista da Liberdade e da Democracia.

Não comemoramos Abril apenas por evocação de uma data histórica. Comemoramos Abril para projetar no presente e no futuro os seus valores.

A luta da classe operária, dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e de amplas camadas da população, foi determinante para derrubar a ditadura fascista. Hoje, como no passado, será pela luta que conseguiremos a rutura com a política de direita. A soberania reside no povo e o povo português não permitirá a continuação do retrocesso e lutará por uma alternativa política e uma política alternativa, tendo por base os valores de Abril.

Viva o 25 de Abril!